cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.03.21 06:05:11 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 21 de março de 2023 • Nº 1523 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ESTOQUE CHEIO

Montadoras reduzem produção e dão férias coletivas

Mais montadoras anunciaram a decisão de conceder férias coletivas em suas plantas para conter o crescimento do estoque em meio à irregularidade no fornecimento de componentes. Depois da GM, que ficará 17 dias parada em São José dos Campos (SP), a Hyundai terá 13 dias de férias, em Piracicaba (SP), e a Volkswagen, dez dias, em Taubaté (SP). Em Goiana (PE), a Stellantis (dona da Fiat, Jeep, Peugeout e Citröen) fará uma primeira pausa a partir de amanhã para apenas um dos três turnos da fábrica. Esse período de férias coletivas vai até o dia 10 de abril. Entre os dias 27 de março e 6 de abril, porém, todos os turnos ficarão paralisados. A pausa na produção da Hyundai no interior de São Paulo começou ontem e vai até 2 de abril. A paralisação afeta os três turnos de produção de veículos e as equipes administrativas, chegando a cerca de 2.000 funcionários. PÁGINA 2

POLÍCIA FEDERAL

Doleiro Alberto Youssef, pivô da Lava Jato, é preso de novo

A Polícia Federal prendeu ontem o doleiro Alberto Youssef, um dos pivôs da Operação Lava Jato. O doleiro, apontado como operador do PP na Petrobras, assinou um acordo de colaboração premiada logo no início da operação e expôs como funcionava o esquema de corrupção na estatal. Youssef, 56, foi preso na primeira fase da Lava Jato, em março de 2014, e condenado pelo então juiz Sergio Moro na Lava Jato em penas que somam mais de 120 anos de prisão. Porém, deixou o regime fechado em 2016, graças ao acordo de delação. A nova prisão foi ordenada pelo juiz Eduardo Fernando Appio, que assumiu a 13ª Vara Federal em Curitiba em fevereiro, e, segundo o despacho, tem como base uma representação para fins penais da Receita Federal. De acordo com o juiz, o relatório produzido por uma investigação do Fisco "deixa evidenciado que o acusado não devolveu aos cofres públicos todos os valores desviados". PÁGINA 5

VENCEDOR DE NOBEL

Para economista, nível de juros no Brasil é 'chocante e mortal'

Os juros altos não combatem as causas atuais da inflação no mundo, avaliou ontem o economista Joseph Stiglitz, vencedor do Prêmio Nobel em 2001. Para o professor da Universidade de Columbia (EUA), o aumento dos preços está mais associado ao impacto da pandemia e da Guerra da Ucrânia sobre a oferta de bens, e não a fatores de demanda aquecida, que tende a ser contida pelo aumento dos juros. Stiglitz participou de um seminário no BNDES no Rio de Janeiro. Durante o evento, ele também fez uma crítica específica ao patamar da taxa básica de juros no Brasil, a Selic, que está em 13,75% ao ano. "De fato, são chocantes os números de 13,75% ou de 8% em termos reais", disse. Para ele, esse nível de taxas é capaz de "matar" uma economia como a brasileira. "Parte das razões da sobrevivência a essas taxas de juros é a existência de bancos estatais de desenvolvimento", disse Stiglitz em um elogio ao BNDES. PÁGINA 2

Josué diz que taxas de juros são pornográficas

ZANONE FRAISSAT FOLHAPRESS

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva (**foto**), chamou de "pornográficas" as taxas de juros no Brasil. Em discurso ontem, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ele disse que os atuais valores são inconcebíveis e precisam ser reduzidos. "É inconcebível a atual taxa de juros no Brasil. Muitos querem associá-la a um problema fiscal. A tese é que há um abismo fiscal. Abismo fiscal num país que tem 73% do PIB de dívida bruta. Tirando as reservas (cambiais) são mais ou menos 54% de dívida. Tirando o caixa do Tesouro Nacional, são menos de 45% do PIB de dívida líquida, num país com a riqueza do Brasil. Então esta não é uma boa explicação para as pornográficas taxas de juros que praticamos no Brasil", disse. Segundo ele, altas taxas de juros prejudicam os investimentos da indústria brasileira. No mesmo evento, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também criticou o valor da taxa básica de juros, a Selic, que está em 13,75% desde agosto do ano passado. "Não há nada que justifique ter 8% de taxa de juros real, acima da inflação, quando não há demanda explodindo e, de outro lado, no mundo inteiro, há praticamente juros negativos. PÁGINA 2

SAÚDE PARA TODOS

LULA MARQUES/ ABRASIL

Novo Mais Médicos deve contratar 15 mil profissionais em 2023

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a retomada do programa Mais Médicos. Ao todo, serão abertas 15 mil vagas, com investimento de R$ 712 milhões somente neste ano. Segundo o Ministério da Saúde, as primeiras 5.000 novas vagas serão abertas via edital já neste mês, e as outras 10 mil abrirão em um formato com contrapartida dos municípios, o que garante às prefeituras menor custo e mais condições de permanência nessas localidades. O programa Mais Médicos foi criado em 2013, durante o governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, o Mais Médicos foi aperfeiçoado principalmente com o objetivo de garantir a permanência dos profissionais nos municípios o maior tempo possível. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: -1,04% / 100.922,89 / -1.058,64 / Volume: R$ 19.130.953.396 / Negócios: 3.573.978

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
SAO MARTINHOON NM	25.29	+4.03	+0.98
CSNMINERACAOON N2	4.690	+1.52	+0.070
CIELO ON NM	4.95	+1.23	+0.06
RAIZEN PN ED N2	2.470	0.00	0.000
BRADESPAR PN N1	27.06	+0.89	+0.24

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	2.18	–8.02	–0.19
JBS ON NM	19.00	–7.27	–1.49
ALPARGATAS PN N1	8.42	–6.96	–0.63
EZTEC ON NM	12.42	–6.69	–0.89
LOCAWEB ON NM	5.86	–6.39	–0.40

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	2.18	–8.02	–0.19
JBS ON NM	19.00	–7.27	–1.49
ALPARGATAS PN N1	8.42	–6.96	–0.63
EZTEC ON NM	12.42	–6.69	–0.89
LOCAWEB ON NM	5.86	–6.39	–0.40

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.244,58	+1,20
NASDAQ Composite	11.675,537	+0,39
Euro STOXX 50	4.117,49	+1,32
CAC 40	7.013,14	+1,27
FTSE 100	7.403,85	+0,93
DAX 30	14.933,38	+1,12

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	-0,06% (fev.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,84% (fev.)	Compra: 5,6735	Venda: 5,8335
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(01/02)	13,75%	0,71	até o dia 20/mar.	Compra: 5,2461	Venda: 5,2467
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
21/3)	0,74%	BM&F/grama	R$ 330,00	Compra: 5,2419	Venda: 5,2425
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(mar./23)	0,2392%	Compra: 5,6209	Venda: 5,6215	Compra: 5,2640	Venda: 5,4440

MERCADOS

Bolsa renova mínima do ano com incertezas sobre regras fiscais

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em baixa ontem e renovou a cotação mínima de fechamento de 2023, com os investidores mais atentos ao noticiário econômico local.

O dólar também cai, seguindo a tendência global, após a fusão entre UBS e Credit Suisse, e na expectativa pela decisão de juros nos Estados Unidos, na próxima quarta-feira.

O Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou o dia com queda de 1,04%, a 100.922 pontos, pior patamar desde 27 de julho de 2022. O dólar comercial à vista caiu 0,53%, a R$ 5,242.

Por conta das indefinições sobre o novo arcabouço fiscal, o mercado de juros fechou com leves altas, em compasso de espera para a decisão do Banco Central, também amanhã.

Os contratos com vencimento em 2024 saíram dos 12,96% ao ano do fechamento da última sexta-feira-feira para 13,01%. Para janeiro de 2025, os juros passaram de 12,06% para 12,11%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa fechou estável em 12,47%.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 1,2%. O S&P 500 avançou 0,89%, e o Nasdaq subiu 0,39%.

Na Europa, o índice Euro Stoxx 600 fechou em alta de 0,98%. Em Londres, o FTSE 100 subiu 0,93%. O CAC 40, de Paris, fechou com avanço de 1,27%.

ESTOQUE CHEIO

Montadoras reduzem produção e dão férias

Mais montadoras anunciaram a decisão de conceder férias coletivas em suas plantas para conter o crescimento do estoque em meio à irregularidade no fornecimento de componentes. Depois da GM, que ficará 17 dias parada em São José dos Campos (SP), a Hyundai terá 13 dias de férias, em Piracicaba (SP), e a Volkswagen, dez dias, em Taubaté (SP).

Em Goiana (PE), a Stellantis (dona da Fiat, Jeep, Peugeout e Citröen) fará uma primeira pausa a partir de amanhã para apenas um dos três turnos da fábrica. Esse período de férias coletivas vai até o dia 10 de abril. Entre os dias 27 de março e 6 de abril, porém, todos os turnos ficarão paralisados.

A pausa na produção da Hyundai no interior de São Paulo começou ontem e vai até 2 de abril. A paralisação afeta os três turnos de produção de veículos e as equipes administrativas, chegando a cerca de 2.000 funcionários. Na fábrica de motores, também em funcionamento no complexo de Piracicaba, não haverá férias, segundo a empresa. A Hyundai diz que as férias coletivas foram necessárias para adequar os volumes de produção e evitar a formação de estoques. A empresa disse, em nota, estar "acompanhando a dinâmica do mercado interno de veículos para o primeiro trimestre do ano".

Em Taubaté, a Volkswagen concederá férias a partir do dia 27. Segundo a montadora, até 5 de abril haverá manutenção na linha de produção. A pausa também servirá para adequar a produção diante da "instabilidade na cadeia de fornecimento de componentes", disse a companhia em nota.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, cerca de 2.000 trabalhadores da fábrica ficarão em férias no período.Em Goiana, a Stellantis produz três modelos da Jeep (Commander, Compass e Renegade) e o Fiat Toro. A empresa diz que as demais fábricas no Brasil continuam produzindo.

PÚBLICO-PRIVADO

Novas regras com setor privado estão adiantadas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A equipe econômica está trabalhando numa nova legislação para as parcerias público-privadas (PPP) paralelamente ao novo arcabouço fiscal, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele conversou com jornalistas após retornar de reuniões com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Tem um arcabouço regulatório, que não tem nada a ver com o arcabouço fiscal, sobre investimentos, que estamos ultimando na Fazenda", disse Haddad, ao ser perguntado sobre o que falta para a divulgação da nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos.

Segundo o ministro, existe uma dúvida se as novas regras para as PPP serão divulgadas junto do novo arcabouço fiscal, mas Haddad se disse indiferente em relação à questão.

"É uma coisa importante para alavancar investimentos, num momento em que o Brasil está precisando", afirmou. "Tem uma dúvida se lança junto (com o arcabouço fiscal) ou não. Para mim é indiferente".

Haddad informou que ainda existem detalhes a serem fechados antes do envio do projeto de lei complementar da nova regra fiscal ao Congresso, como uma conta sobre gastos vinculados à Constituição, como saúde e educação.

"Falta definir uma conta sobre vinculações constitucionais que estamos fazendo para termos segurança sobre parâmetros", declarou.

VENCEDOR DE NOBEL

Nível dos juros no Brasil é 'chocante', diz economista

Os juros altos não combatem as causas atuais da inflação no mundo, avaliou ontem o economista Joseph Stiglitz, vencedor do Prêmio Nobel em 2001.

Para o professor da Universidade de Columbia (EUA), o aumento dos preços está mais associado ao impacto da pandemia e da Guerra da Ucrânia sobre a oferta de bens, e não a fatores de demanda aquecida, que tende a ser contida pelo aumento dos juros.

Stiglitz participou de um seminário no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no Rio de Janeiro. Durante o evento, ele também fez uma crítica específica ao patamar da taxa básica de juros no Brasil, a Selic, que está em 13,75% ao ano.

"De fato, são chocantes os números de 13,75% ou de 8% em termos reais", disse. Para ele, esse nível de taxas é capaz de "matar" uma economia como a brasileira.

"Parte das razões da sobrevivência a essas taxas de juros é a existência de bancos estatais de desenvolvimento", disse Stiglitz em um elogio ao BNDES.

As manifestações seguem a linha adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vem defendendo uma redução da Selic.

"Qual é a fonte da inflação? A pandemia, os suprimentos relacionados à guerra, as assimetrias nos ajustes de preços para essas mudanças. O problema é que a gente precisa responder a esses choques com mais investimentos. A taxa de juros impede esses investimentos", afirmou o economista.

O evento no BNDES discute questões de política fiscal e monetária às vésperas da nova reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), do BC (Banco Central).

A programação foi organizada em parceria com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

"O que é necessário para o Brasil é mais investimento, inclusive mais investimento público", afirmou Stiglitz. "Precisamos de ambos os tipos de crescimento, tanto público quanto privado."

O painel com o vencedor do Prêmio Nobel foi mediado pelo economista André Lara Resende, um dos mentores do Plano Real. Ao abrir o debate, Lara Resende também fez uma crítica aos juros altos.

"A combinação de juros muito altos e impostos muito altos é profundamente recessiva e impede o crescimento da economia", afirmou.

Ele ainda defendeu a atuação do Estado como necessária para o crescimento econômico. Para Lara Resende, o Estado não é "peso morto" nessa discussão.

O painel ainda teve a participação por vídeo do professor James Galbraith, da Lyndon B. Johnson School of Public Affairs.

Ele também questionou os juros do país, como uma política que transfere renda dos mais pobres para os mais ricos. "É preciso pensar em uma alternativa para as políticas, porque as atuais falharam."

O professor ponderou que o Brasil está hoje em situação mais confortável do que Estados Unidos e Europa, que sentem os efeitos da crise bancária iniciada com a quebra do SVB (Silicon Valley Bank), que arrastou consigo o Credit Suisse.

"A crise bancária nos Estados Unidos está se espalhando, se espalhou para a Europa, que já convive com altos custos de energia", afirmou.

"O Brasil, neste momento, não está afetado", continuou, dizendo que as elevadas reservas internacionais ajudam a tornar o país mais seguro.

Presidente da Fiesp diz que taxas de juros no Brasil são pornográficas

Vitor Abdala/ABrasil

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, chamou de "pornográficas" as taxas de juros no Brasil. Em discurso ontem, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ele disse que os atuais valores são inconcebíveis e precisam ser reduzidos.

"É inconcebível a atual taxa de juros no Brasil. Muitos querem associá-la a um problema fiscal. A tese é que há um abismo fiscal. Abismo fiscal num país que tem 73% do PIB de dívida bruta. Tirando as reservas (cambiais) são mais ou menos 54% de dívida. Tirando o caixa do Tesouro Nacional, são menos de 45% do PIB de dívida líquida, num país com a riqueza do Brasil. Então esta não é uma boa explicação para as pornográficas taxas de juros que praticamos no Brasil", disse.

Segundo ele, altas taxas de juros prejudicam os investimentos da indústria brasileira.

No mesmo evento, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também criticou o valor da taxa básica de juros, a Selic, que está em 13,75% desde agosto do ano passado.

"Não há nada que justifique ter 8% de taxa de juros real, acima da inflação, quando não há demanda explodindo e, de outro lado, no mundo inteiro, há praticamente juros negativos. Nós acreditamos no bom senso e que a gente vá, com a nova ancoragem fiscal, superar essa dificuldade", disse.

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, se reúne a partir desta terça-feira (21), para definir a nova taxa Selic.

ALCKIMIN

Nova regra fiscal combina curva da dívida, superávit e controle de gasto

A nova regra fiscal a ser apresentada pelo governo deve combinar a curva da dívida pública, superávit primário e um mecanismo de controle de gastos, disse ontem o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

Segundo ele, porém, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não deu a palavra final sobre a proposta.

Alckmin não detalhou o funcionamento da nova âncora, que vai substituir o teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento das despesas à variação da inflação), nem seus parâmetros, mas avaliou que, no geral, a regra foi "bem concebida".

Ele evitou citar eventuais ajustes solicitados pelo petista. "O presidente Lula ainda não deu a palavra final, mas ela foi bem concebida, uma boa engenharia", disse o vice-presidente, após participar de seminário promovido pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para debater desenvolvimento sustentável e experiências internacionais em áreas como política fiscal.

Segundo ele, o objetivo da regra é manter a trajetória da dívida pública sob controle e permitir a realização de investimentos públicos.

"O governo inteiro tem discutido de maneira muito harmônica, dentro do princípio de ter uma ancoragem fiscal que controle o crescimento da dívida e, de outro lado, que permita o investimento necessário ao crescimento", afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de os investimentos ficarem fora do alcance de mecanismos de controle de gastos, o vice-presidente evitou comentar. "Deixa que no momento certo o presidente vai anunciar a nova âncora fiscal", afirmou.

Alckmin citou princípios gerais da regra durante seu discurso na abertura do seminário. "O governo encaminha nos próximos dias o projeto de ancoragem fiscal, que vai também de forma inteligente combinando curva da dívida, de outro lado o superávit e de outro lado o controle do gasto", afirmou.

SÃO PAULO

Tarcísio libera R$ 400 milhões em créditos acumulados de ICMS

O governo de São Paulo vai liberar R$ 400 milhões em créditos acumulados de ICMS às empresas que atuam no estado. Segundo a Secretaria da Fazenda, os recursos serão destravados a partir de abril.

O programa ProAtivo, de onde sairão os recursos, é destinado para empresas de qualquer setor da atividade econômica, que estejam em dia com o pagamento do ICMS e com crédito acumulado disponível para utilização. A 6ª rodada do programa foi aberta ontem e receberá pedidos até o dia 14 de abril. Essa é a primeira sob a gestão Tarcísio de Freitas. Em janeiro, o governo elevou o montante da rodada anterior que havia sido anunciada em novembro de 2022.

Para apresentar pedidos de transferência é necessário acessar o Sipet (Sistema de Peticionamento Eletrônico), solicitar o crédito acumulado para esta rodada do ProAtivo e incluir as informações necessárias. Cada empresa poderá receber no máximo R$ 60 milhões.

As regras da liberação foram publicadas no Diário Oficial do Estado no sábado passado.

Criado no final de 2021, o ProAtivo chegará ao final desta rodada com a distribuição de R$ 2,1 bilhões em crédito acumulado, segundo a Sefaz.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

COQUEIROS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.700/0001-46

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Coqueiros Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Coqueiros Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 9.187 mil (R$ 8.223 mil para o ciclo 2021-2022, um incremento de 11,72% decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 100%. **(c) Pagamento de dividendos -** No exercício de 2022 a Companhia pagou o montante de R$ 2.200 mil para a Celeo Redes Brasil S.A. referente aos dividendos apurados sobre os exercícios anteriores. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	32	727
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	2.061	642
Concessionárias e permissionárias	10	1.039	834
Ativo de contrato	11	6.868	6.589
Impostos e contribuições a recuperar	12	1.510	1.589
Outros ativos	13	1.123	1.119
Total do ativo circulante		**12.633**	**11.500**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	542	546
Ativo de contrato	11	56.845	56.151
Total do realizável a longo prazo		**57.387**	**56.697**
Imobilizado e Intangível		1.319	1.318
Total do imobilizado + intangível		**1.319**	**1.318**
Total do ativo não circulante		**58.706**	**58.015**
Total do ativo		**71.339**	**69.515**
Fornecedores		170	204
Financiamento	14	1.797	1.785
Salários e encargos a pagar		229	236
Impostos e contribuições a recolher		449	427
Pis e Cofins diferidos	15	596	571
Dividendos a pagar		1.429	3.629
Encargos setoriais		162	37
Outros passivos		461	444
Total do passivo circulante		**5.293**	**7.333**
Financiamento	14	1.042	2.812
Pis e Cofins diferidos	15	5.047	5.009
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	16.429	14.760
Total do passivo não circulante		**22.518**	**22.581**
Total dos passivos		**27.811**	**29.914**
Capital social	18 (a)	66.000	66.000
Prejuizos acumulados	18 (b)	(22.472)	(26.399)
Total do patrimônio líquido		**43.528**	**39.601**
Total do passivo e patrimônio líquido		**71.339**	**69.515**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	**10.229**	**9.367**
Pessoal		(723)	(573)
Material		(147)	(326)
Serviços de terceiros	20 (a)	(2.055)	(1.180)
Outros	21	(772)	(569)
Custos operacionais		**(3.697)**	**(2.648)**
Lucro bruto		**6.532**	**6.719**
Pessoal		(26)	(5)
Serviços de terceiros	20 (b)	(371)	(377)
Outros		(37)	(33)
Despesas operacionais		**(434)**	**(415)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**6.098**	**6.304**
Receitas financeiras		340	147
Despesas financeiras		(524)	(548)
Resultado financeiro	22	**(184)**	**(401)**
Resultado antes dos impostos		**5.914**	**5.903**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(318)	(340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.669)	(1.645)
Imposto de renda e contribuição social	23	**(1.987)**	**(1.985)**
Lucro líquido do exercício		**3.927**	**3.918**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.927	3.918
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**3.927**	**3.918**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**66.000**	**(30.317)**	**35.684**
Lucro líquido do exercício	-	3.918	3.918
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**66.000**	**(26.399)**	**39.601**
Lucro líquido do exercício	-	3.927	3.927
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**66.000**	**(22.472)**	**43.528**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		3.927	3.918
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.669	1.642
- Pis e Cofins diferidos		62	78
- Juros e correção monetária sobre financiamentos	22	335	394
- Ativo de contrato - remuneração	11	(7.561)	(7.416)
		(1.568)	**(1.384)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(1.419)	1.652
- Concessionárias e permissionárias		(205)	(25)
- Ativo de contrato	11	6.588	6.303
- Impostos e contribuições a recuperar		79	(85)
- Outros ativos		(4)	893
- Fornecedores		(34)	21
- Impostos e contribuições a recolher		469	529
- Salários e encargos		(7)	15
- Encargos setoriais		125	(87)
- Outros passivos		18	(865)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**4.042**	**6.967**
Impostos pagos sobre o lucro		(447)	(649)
Financiamentos - pagamento de juros	14	(316)	(397)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**3.279**	**5.921**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		4	19
Caixa proveniente das atividades de investimento		**4**	**19**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	24(b)	(2.200)	(1.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24(c)	-	(1.963)
Financiamentos - pagamento de principal	14	(1.778)	(1.774)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(3.978)**	**(5.237)**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(695)**	**703**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		727	24
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**32**	**727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Coqueiros Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo"). **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 19/2008 ("Contrato") tem como objetivo: a construção, operação e manutenção da linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 23 km, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Itaguaçu, localizadas respectivamente nos Estados de Minas Gerais e Goiás; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Itaguaçu e término na Subestação Barra dos Coqueiros, ambas no Estado de Goiás e pelas Subestações Itaguaçu em 500/230 kV (675 MVA) e Subestação Barra dos Coqueiros 230 kV; entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em outubro de 2038. A Companhia entrou em operação comercial em 5 de dezembro de 2010. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo de 2014/2015. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 9.187 mil, um incremento de 11,72% decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2014-2015 e a segunda no ciclo 2019-2020, onde houve redução da receita em 3,86% em comparação com o ciclo 2018-2019. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 14 de março de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração incial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar na adoção do ativo de contrato. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos -** A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021
Caixa e equivalentes		32	27
Operações compromissadas	(a)	-	700
		32	**727**

Continua

Continuação...

COQUEIROS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.700/0001-46

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,5% do DI com vencimento entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos está aplicado no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dvidida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (2,95% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias	**2022**	**2021**
A vencer	991	777
Até 3 meses	-	8
De 3 a 12 meses	-	2
Acima de 12 meses	48	47
	1.039	**834**

11 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**62.740**	**61.627**
Remuneração do ativo de contrato	7.561	7.416
Recebimentos	(6.588)	(6.303)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**63.713**	**62.740**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	6.868	6.589
Não circulante	56.845	56.151
	63.713	**62.740**

12 Impostos e contribuições a recuperar	**2022**	**2021**
Imposto de renda	669	991
Contribuição social	481	266
Outros	360	332
	1.510	**1.589**

13 Outros ativos	**2022**	**2021**
Parcela de ajuste e rateio de antecipação	634	546
Adiantamento a fornecedor	119	109
Outros ativos	370	465
	1.123	**1.119**

14 Financiamento		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**4.598**	**6.375**
Juros	335	394
Amortização - principal	(1.778)	(1.774)
Amortização - juros	(316)	(397)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**2.839**	**4.598**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	1.797	1.785
Não circulante	1.042	2.812
	2.839	**4.598**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2009 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O valor total do financiamento foi de R$ 28.856 dividos em 2 (dois) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 22.793 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de julho de 2024. ii. Subcrédito B no valor de R$ 6.063 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de setembro de 2019. O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	1.042
	1.042

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que precisa ser no mínimo 1,3 e o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) superior a 0,3. Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**3,35**
(A) Geração de caixa da atividade	7.020
(B) Serviço da dívida	2.094
(A) Geração de caixa da atividade	**7.020**
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	1.369
(+) EBITDA	6.098
(-) Imposto de renda	(303)
(-) Contribuição social	(144)
(B) Serviço da dívida	**2.094**
(+) Amortização de principal	1.778
(+) Pagamento de juros	316
EBITDA	**6.098**
(+) Lucro líquido	3.927
(+) Despesa (receita) financeira líquida	184
(+) Provisão para imposto de renda e contribuições sociais	1.987
(b) Índice de capital próprio (ICP)	
(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	**0,6**
(B) Patrimônio líquido	43.528
(C) Total do ativo	71.339

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

15 PIS e COFINS diferidos	**2022**	**2021**
PIS	1.007	995
COFINS	4.636	4.585
	5.643	**5.580**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	**2021**
Circulante	596	571
Não circulante	5.047	5.009
	5.643	**5.580**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2022**	**2021**
Imposto de renda	12.590	11.365
Contribuição social	3.839	3.398
	16.429	**14.760**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	**2021**
Pronunciamento técnico CPC 47		
- Receita de Contrato com Cliente	16.429	14.760
	16.429	**14.760**

17 Provisão e passivo contingente: A Companhia não possui processos com chances prováveis e possíveis de perdas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 66.000 dividido em 66.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo. **(b) Prejuízos acumulados -** Refere-se ao impacto da adoção do CPC47 que gerou resultados negativos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o lucro líquido do exercício foi utilizado para absorver o prejuízo acumulado no valor de R$ 3.927 e 3.918, respectivamente. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

19 Receita operacional líquida	**2022**	**2021**
Remuneração do ativo	8.553	7.751
Receita de operação e manuntenção	2.424	2.326
Outras receitas	631	575
Receita bruta	**11.608**	**10.652**
Pis e Cofins correntes	(944)	(863)
Pis e Cofins diferidos	(62)	(78)
Encargos setoriais	(373)	(344)
Deduções da receita	**(1.379)**	**(1.285)**
	10.229	**9.367**

20 Serviços de terceiros:

(a) Custos operacionais		**2022**	**2021**
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(i)	(763)	(42)
Vigilância e segurança		(540)	(445)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(161)	(161)
Diversos		(591)	(532)
		(2.055)	**(1.180)**

i. Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão. O aumento observado refere-se, principalmente, à aquisição de retificadores e bancos de bateria. ii. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.

(b) Despesas operacionais		**2022**	**2021**
Prestação de serviços administrativos	(i)	(165)	(165)
Consultorias		(138)	(117)
Diversos		(68)	(95)
		(371)	**(377)**

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

21 Outros custos	**2022**	**2021**
Seguros	(139)	(118)
Energia elétrica	(98)	(128)
Diversos	(535)	(323)
	(772)	**(569)**

22 Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Rendimento de aplicação financeira	262	124
Outras receitas	78	23
Receitas financeiras	**340**	**147**
Juros - financiamento	(335)	(394)
Outras despesas	(189)	(154)
Despesas financeiras	**(524)**	**(548)**
	(184)	**(401)**

23 Imposto de renda e contribuição social	**2022**	**2021**
Resultado antes dos impostos	**5.914**	**5.903**
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(2.011)	(2.007)
Outras adições	24	22
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	**(1.987)**	**(1.985)**
Alíquota efetiva	34%	34%

24 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

		Passivo		**Despesa**	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
Celeo Redes	(i)	45	32	(326)	(326)
		45	**32**	**(326)**	**(326)**

i. Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 02 de janeiro de 2014 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 100 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 30 de julho de 2014 e possui vigência de 4 (quatro) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 100, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. **(b) Dividendos -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia pagou dividendos no valor total de R$ 2.200 e R$ 1.500, respectivamente, para a Celeo. **(c) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) -** Em 30 de novembro de 2021 a Companhia devolveu a totalidade do AFAC para a sua controladora. **(d) Remuneração da administração -** Em 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo. **25 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais benefícios às outras partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de acionamento de garantia fornecida pelos usuários ao ONS e a interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimentos permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	**(i)**	**(ii)**	**(iii)**
Aplicação financeira	Redução do CDI	(319)	(239)	(159)
Financiamento	Aumento da TJLP	203	152	102

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12,25%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. A TJLP para o cenário provável (7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **26 Cobertura de seguros -** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 60.532 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício Scovino de Souza – Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo – Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Coqueiros Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Coqueiros Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coqueiros Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Economia

COMBUSTÍVEL

Produção de Diesel R da Petrobras recebe certificado

A Petrobras recebeu, em fevereiro, certificado internacional para a produção do Diesel R na Refinaria Presidente Getulio Vargas (Repar), em Araucária, no Paraná.

Concedido pela International Sustainability Carbon & Certification (ISCC), uma das mais conceituadas certificadoras existentes no mercado mundial, o documento é aplicável para a sustentabilidade de matérias-primas e produtos. A certificação é usada para rastrear a cadeia de produção de produtos de baixo carbono, informou, ontem, a Petrobras, por meio de sua assessoria de imprensa.

Segundo o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Rogério Mastella, a certificação é resultado do excelente trabalho que vem sendo planejado e executado por diversas áreas da empresa nos últimos meses e anos. Já o diretor de Refino e Gás Natural, Rodrigo Costa, destacou que as equipes da Petrobras estão atuando em várias frentes para incluir a Petrobras entre as empresas mais eficientes do mundo. A Petrobras revelou que, para produtos com conteúdo sustentável, a certificação é uma tendência mundial e busca rastrear a cadeia de produção e validar princípios de sustentabilidade em rigorosas auditorias externas.

Além da quantificação das emissões dos gases de efeito estufa ao longo do ciclo de vida, o produto certificado mostra se toda a cadeia produtiva, incluindo a matéria-prima usada, é ambientalmente responsável e tem condições de trabalho seguras e em conformidade com os direitos humanos. A certificação faz parte da estratégia comercial da Petrobras para o mercado de produtos mais sustentáveis, que mostra expansão, disse o gerente executivo da Comercialização do Mercado Interno, Sandro Barreto. "Para desenvolver novos produtos de baixo carbono, trabalhamos em contato constante com o mercado consumidor, para entender suas necessidades, e com os fornecedores, para diversificar as matérias-primas para processamento nas unidades de refino.

A certificação ISCC é a demonstração incontestável de que a sociedade está sendo beneficiada com esses produtos.

Em paralelo, estamos nos preparando para outros programas de certificação, como Renovabio e Corsia (Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation)." No caso do Diesel R, a rastreabilidade das emissões refere-se à parcela sustentável presente no diesel coprocessado e considera todos os agentes econômicos envolvidos, desde a origem da matéria-prima.

Manhã Tarde Noite 31º 20º 85% 06:11 18:15 **OUTONO:** Sol com nuvens pela manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite tempo aberto.

SAÚDE PARA TODOS

Novo Mais Médicos deve contratar 15 mil em 2023

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a retomada do programa Mais Médicos. Ao todo, serão abertas 15 mil vagas, com investimento de R$ 712 milhões somente neste ano.

Segundo o Ministério da Saúde, as primeiras 5.000 novas vagas serão abertas via edital já neste mês, e as outras 10 mil abrirão em um formato com contrapartida dos municípios, o que garante às prefeituras menor custo e mais condições de permanência nessas localidades.

O programa Mais Médicos foi criado em 2013, durante o governo da presidente Dilma Rousseff (PT). Com a contratação de mais 15 mil médicos, serão 28 mil profissionais fixados em todo o país até o final deste ano. Hoje, 13 mil médicos já atuam no programa.

Poderão participar dos editais do Mais Médicos profissionais brasileiros e intercambistas, brasileiros formados no exterior e estrangeiros. Assim como no formato anterior, os médicos não irão precisar revalidar o diploma para atuar no Brasil.

Os médicos brasileiros formados no Brasil continuam a ter preferência na seleção. O tempo de participação no programa passa a ser de quatro anos, prorrogável por igual período.

Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, o Mais Médicos foi aperfeiçoado principalmente com o objetivo de garantir a permanência dos profissionais nos municípios o maior tempo possível.

"Nós temos tido um diálogo intenso com as entidades representativas dos médicos, como a AMB (Associação Médica Brasileira) e, na verdade, o grande ponto é médico sem registro no Brasil. O que estamos fazendo é o incentivo para médicos se fixarem no programa. E vamos trabalhar junto ao Ministério da Educação para os registros. Mas a principal medida é o incentivo para os médicos brasileiros", disse.

Nésio Fernandes, secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, disse que o novo formato estabelece condições de provimentos melhores para áreas com dificuldade de atrair médicos.

"Além da bolsa, o médico receberá uma indenização ao final. Poderá receber adicional de 10% a 20% da soma total das bolsas de todo o período em que esteve no programa, a depender da vulnerabilidade do município", afirmou.

Com a retomada, segundo o Ministério da Saúde, 96 milhões de brasileiros terão garantia de atendimento médico na atenção primária, porta de entrada do Sistema Único de Saúde.

Durante o seu discurso, Lula fez menção aos ataques que médicos cubanos sofreram na primeira edição e disse que, apesar disso, o programa obteve sucesso.

O presidente disse ainda que brasileiros têm prioridade nas vagas, mas que o programa não é excludente, porque o que importa é a nacionalidade do paciente.

"Nós queremos que todos os médicos que se inscrevam sejam brasileiros, esse é o esforço comum da nossa ministra, do edital, de garantir que os médicos que se inscrevam sejam médicos brasileiros, formados adequadamente. Se não tiver, a gente quer médicos brasileiros formados no estrangeiro. Se não tiver, vamos fazer com que médicos estrangeiros ocupem essa tarefa", disse.

"O que importa não é saber nacionalidade do médico, é saber nacionalidade do paciente, que é o brasileiro", completou.

Lula também fez críticas ao fato de a saúde e a educação estarem submetidas ao teto de gastos, em meio à discussão sobre nova regra fiscal.

"Não pode tratar educação como gasto, a saúde como gasto, porque não tem investimento maior do que salvar uma vida", afirmou.

Para o presidente da AMB, César Eduardo Fernandes, o Mais Médicos tem problemas em sua formulação. Ele diz que a associação sabe que, em algumas localidades, é difícil prover as necessidades médicas.

CORRUPÇÃO

Doleiro Alberto Youssef, pivô da Lava Jato, é preso de novo pela PF

A Polícia Federal prendeu ontem o doleiro Alberto Youssef, um dos pivôs da Operação Lava Jato.

O doleiro, apontado como operador do PP na Petrobras, assinou um acordo de colaboração premiada logo no início da operação e expôs como funcionava o esquema de corrupção na estatal.

Youssef, 56, foi preso na primeira fase da Lava Jato, em março de 2014, e condenado pelo então juiz Sergio Moro na Lava Jato em penas que somam mais de 120 anos de prisão. Porém, deixou o regime fechado em 2016, graças ao acordo de delação.

A nova prisão foi ordenada pelo juiz Eduardo Fernando Appio, que assumiu a 13ª Vara Federal em Curitiba em fevereiro, e, segundo o despacho, tem como base uma representação para fins penais da Receita Federal.

De acordo com o juiz, o relatório produzido por uma investigação do Fisco "deixa evidenciado que o acusado não devolveu aos cofres públicos todos os valores desviados e que suas condições atuais de vida são totalmente incompatíveis com a situação da imensa maioria dos cidadãos brasileiros".

"O simples fato de que possui diversos endereços e de que estaria morando na praia já evidência uma situação muito privilegiada e que resulta incompatível com todas as condenações já proferidas em matéria criminal", diz Appio.

Entre os fatos apontados pela Receita, segundo a decisão do juiz, está a tentativa do doleiro de comprar um avião e um helicóptero.

O juiz também aborda as reincidências criminais do doleiro. Considerado um dos maiores operadores financeiros ilegais do país, Youssef ficou conhecido nacionalmente ainda no final da década de 90 e início dos anos 2000.

Ele foi um dos doleiros alvos do chamado caso Banestado, que avançou sobre um esquema de envio de dinheiro para o exterior considerado o maior caso de lavagem de dinheiro do país até a Lava Jato.

Preso, ele assinou seu primeiro acordo de delação ainda em 2004, com o mesmo juiz Sergio Moro que depois ordenou sua prisão em 2014. Após a detenção nove anos atrás, o doleiro assinou um novo acordo e confessou ser operador do PP na Petrobras, além de indicar outros integrantes do esquema de desvios.

POLÍCIA FEDERAL

Dino promete confisco de armas de CACs não recadastradas no prazo

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou ontem que a Polícia Federal fará uma busca ativa para apreensão de armas que não forem recadastradas até o dia 3 de abril.

Até agora, cerca de 612 mil armas adquiridas por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) até o início do ano foram recadastradas. O número representa pouco mais de 80% do total de armamento registrado no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), do Exército -faltam ainda cerca de 150 mil armas.

O processo foi iniciado a partir de decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que as armas passassem a ter registro também no sistema da Polícia Federal, conhecido como Sinarm (Sistema Nacional de Armas).

"Não haverá nenhum confisco de armas que foram recadastradas, porém, sim, daquelas que não forem recadastradas. No mês de abril, quando tivermos a conclusão do recadastramento, é claro que aquelas que não forem cadastradas estarão sujeitas a apreensão administrativa e remessa à Polícia Federal, para que instale os inquéritos policiais competentes relativos a essas armas", disse Dino, em entrevista coletiva nesta segunda.

Há 1,2 milhão de armas de CACs registradas no Exército até 2022, segundo dados obtidos pelo Instituto Sou da Paz. Devem ser recadastradas todas as armas adquiridas a partir de maio de 2019, já no governo Bolsonaro.

O ministro ainda lembrou que a PF possui os dados de todos os CACs, como nome completo, CPF e endereço. "Lembremos que essas pessoas preteritamente cadastraram essas armas, então nós temos os dados", disse.

"Quando uma norma regulamentar não é cumprida, a arma que foi adquirida legalmente no dia seguinte passa a ser ilegal. Não haverá apenas um aguardo de diligências eventuais, haverá uma busca ativa para que essas pessoas tenham suas armas apreendidas", concluiu.

Dino afirmou que, apesar de o recadastramento ter sido considerado bem-sucedido até o momento, o processo tem tido baixos números quando analisado isoladamente o grupo que possui armas de uso restrito.

São 62 mil armas desse tipo cadastradas, e pouco mais de 50% (33 mil) do público inseriu os dados no novo sistema da PF.

CRIME SEM CASTIGO

Governo Bolsonaro 'jogou no lixo' 1 milhão de insulinas

O Ministério da Saúde descartou 999,7 mil canetas de insulina de ação rápida durante a gestão Jair Bolsonaro.

Avaliados em quase R$ 15 milhões, os produtos usados para diabetes perderam a validade de setembro de 2020 a junho de 2021. Os lotes eram parte de uma compra de 4 milhões de tubetes, feita em 2018.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, os dados sobre o estoque perdido da Saúde, que deixaram de ser sigilosos, ainda mostram que foram descartados 39 milhões de imunizantes contra a Covid até o fim de fevereiro, avaliados em R$ 2 bilhões.

Na gestão Bolsonaro também foram perdidas terapias de alto custo, remédios para pessoas vivendo com HIV/Aids, entre outros produtos.

Associações médicas e de pacientes chegaram a alertar o ministério, antes do fim da validade, que havia excesso de burocracia para ter acesso ao produto.

Para receber as doses de insulina análoga de ação rápida, o paciente precisava ser atendido por um endocrinologista. Esse médico teria de preencher um extenso relatório.

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, o médico Levimar Araújo disse que o correto seria liberar a insulina ao paciente por meio de uma receita mais simples.

"Às vezes o médico precisa preencher um documento de seis folhas. Fiz medicina para examinar os pacientes, não para isso", afirmou.

Ele ainda aponta como barreira a exigência de pacientes renovarem a receita para pegar novos tubetes.

No começo de março, os ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) abriram uma tomada de contas especial para avaliar responsabilidade sobre a má gestão de estoques da Saúde.

Um dos pontos destacados em auditoria do tribunal é a perda das insulinas.

MILLIONAIRE SOCIAL

Embratur pede que PF investigue suposto crime de turismo sexual

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, oficializou, junto à Polícia Federal, um pedido de investigação sobre norte-americanos ligados ao grupo Millionaire Social Club (MSC), acusados de explorar sexualmente mulheres brasileiras.

Em vídeos veiculados na internet, os norte-americanos se apresentavam como coaches que, contratados, ajudariam clientes a conquistar mulheres brasileiras. As imagens mostram diversas mulheres em uma festa. Uma delas seria uma menor, de 17 anos, conforme disse Freixo.

"Esses turistas americanos organizavam o que chamam de festa mas é claramente uma ação criminosa com a presença inclusive de menor de idade", disse o presidente da Embratur ao ressaltar que as imagens veiculadas não tinham sequer autorização de muitas das mulheres filmadas. "Diversos crimes foram cometidos", acrescentou ao levantar suspeitas de outros eventos do tipo, organizados pelo mesmo grupo.

COOPERAÇÃO

Diante da situação, Freixo se reuniu ontem com o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, a quem pediu que acompanhe de perto o caso. "Vamos fazer (Embratur e PF) um trabalho de cooperação.

É provável que não seja um caso isolado", disse Freixo ao ressaltar que não interessa ao setor turístico brasileiro qualquer vínculo com atividades criminosas, em especial com exploração sexual.

"Este caso tem de ser pedagógico, porque não queremos turismo desse tipo no Brasil. Trata-se de um caso muito grave. A Embratur tentará, agora, identificar os locais onde esse tipo de prática ocorre mais comumente."

De acordo com o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a partir da formalização do pedido do presidente da Embratur terá início o encaminhamento interno do caso. A investigação terá frentes também no exterior, uma vez que os envolvidos estrangeiros já deixaram o país. Para tanto, poderão ser acionadas adidâncias da PF em outros países.

"O primeiro passo é instauração de inquérito policial", acrescentou ao informar que frentes investigativas serão adotadas de forma coordenada, inclusive com a participação de diretorias das áreas de crimes cibernéticos e de direitos humanos.

NOTA DA EMBRATUR

Recentemente, em nota oficial divulgada na quinta-feira passada a Embratur manifestou solidariedade às "mulheres vítimas de exploração sexual em São Paulo, no caso ocorrido no final de fevereiro envolvendo um grupo de turistas estrangeiros".

"Não são bem-vindas em nosso país pessoas que desejam praticar crimes. O turismo para fins de exploração sexual fere nossas leis e quem o pratica será submetido à devida investigação, julgamento e punição", diz a nota.

"Há décadas, o Brasil executa políticas intersetoriais para combater o turismo para fins de exploração sexual, com ações internas de assistência social, prevenção com educação e investigação criminal; e externas, na reconstrução da imagem do país no exterior e promoção de um turismo responsável", complementou.

Nota

PM DE FOLGA DISPARA 11 VEZES E MATA ADOLESCENTE EM SÃO PAULO

Um policial militar de folga atirou contra duas pessoas no sábado em São Paulo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, ele reagiu a uma tentativa de assalto. O agente passeava de moto no bairro 15 de Novembro, na zona leste da capital paulistana. Ele não estava trabalhando, mas portava a pistola da corporação. Segundo ele, dois homens o abordaram e anunciaram o assalto, dizendo estarem armados. Ele, então, teria reagido. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o PM atirou 11 vezes contra a dupla. Um menor de idade morreu e o outro suspeito fugiu. Moto dos suspeitos era roubada e tinha placa adulterada, de acordo com a SSP. O caso foi registrado como tentativa de roubo e morte decorrente de intervenção policial. A arma do PM foi apreendida e será periciada.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 33ª (Trigésima Terceira) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 13 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 09 de fevereiro de 2023, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **10 de abril de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, nos termos da cláusula 13.2 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento de prazo para registro previsto na Cláusula 3.2.1 dos Instrumentos Particulares De Alienação Fiduciária De Direitos De Superfície E Outras Avenças de cada SPE; (ii) Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento determinadas Condições Precedentes, bem como a concessão prazo adicional para conclusão do cumprimento de Condições Precedentes; (iii) Caso aprovada a ordem do dia anterior autorizar a concessão de prazo adicional para conclusão do respectivo registro dos Instrumentos Particulares De Alienação Fiduciária De Direitos De Superfície E Outras Avenças de cada SPE; (iv) A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails af.assembleias@oliveiratrust.com.br c/c/ af.controles@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "**Documentos para AGT – CRI FORGREEN**", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 21 de Março de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

OUTONO: Sol com nuvens pela manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite tempo aberto. Manhã Tarde Noite 32º 21º 85% 05:55 18:04

PETRÓLEO

Contratos em regime de partilha de produção batem recorde

ALANA GANDRA/ABRASIL

Os contratos em regime de partilha de produção bateram novo recorde em janeiro deste ano, com média de 845 mil barris de petróleo por dia (bpd). O volume é quase o dobro do registrado em janeiro de 2022 e 11% superior ao de dezembro de 2021 em função de uma melhoria operacional no Campo de Búzios, que apresentou volume de 428 mil bpd, seguido de 212 mil bpd em Libra e 101 mil bpd em Sépia.

Dos sete contratos atualmente em produção, quatro tiveram participação fundamental no resultado de janeiro de 2023, de acordo com a Pré-Sal Petróleo (PPSA), gestora dos contratos. Foram eles: Búzios, Sépia, Mero e Atapu. Criada em 2013, a PPSA atua na gestão dos contratos de partilha de produção, e representa a União nos acordos de individualização da produção e gestão da comercialização de petróleo e gás natural.

Os dados constam do Boletim Mensal de Contratos de Partilha de Produção da PPSA. De acordo com o documento, o excedente em óleo da União também mostrou incremento, com produção de 42,9 mil bpd. As principais contribuições foram de Libra (32,17 mil bpd) e Búzios (6,04 mil bpd). Em janeiro de 2022, a parcela da União foi de 16,7 mil barris por dia.

Desde o início da série histórica, em 2017, a produção total acumulada em regime de partilha alcança 369,30 milhões de barris de petróleo. A parcela acumulada em óleo da União, no mesmo período, é de 22,76 milhões de barris.

GÁS NATURAL

Já na produção de gás natural com aproveitamento comercial, o resultado em janeiro foi de 2,28 milhões de metros cúbicos (m^3) por dia, 17% maior que no mês anterior devido à melhoria de desempenho no Campo de Búzios. Esse campo foi responsável por 2,12 milhões m^3/dia, seguido de Entorno de Sapinhoá, com 140 mil m^3/dia, e Sudoeste de Tartaruga Verde, com 24 mil m^3/dia.

A parcela da União foi de 54 mil m^3/dia, sendo 30 mil m^3/dia de Búzios, 24 mil m^3/dia do Entorno de Sapinhoá e 4 m^3/dia de Sudoeste de Tartaruga Verde. Houve redução de 57% em relação ao período anterior, devido a instabilidades na exportação de gás em Sapinhoá.

Desde 2017, o volume acumulado de gás natural soma 1 bilhão de m^3. Segundo a PPSA, o excedente a que a União tem direito é de 151,30 milhões de m^3.

ROCHA MIRANDA

Atleta morre após ser atingido por bala perdida na Zona Norte

Jean Jerry, de 17 anos, morreu na noite de sábado passado após ser atingido por uma bala perdida em Rocha Miranda, na zona norte do Rio. A PM diz que foi acionada para prestar apoio a um motorista que estava com o filho ferido no carro. Eles foram levados até a UPA de Irajá, que transferiu Jean Jerry para o Hospital Salgado Filho.

O adolescente foi atingido durante um "ataque promovido por criminosos armados na comunidade do Faz Quem Quer". Segundo a PM, a frase foi dita pelo pai de Jean Jerry aos policiais que atenderam a ocorrência.

Nas redes sociais, moradores do bairro Rocha Miranda dizem que Jean Jerry foi vítima de uma bala perdida durante tiroteio perto da rua Piratuba. A PM não fala em perseguição policial no momento da ocorrência. O caso foi registrado na 40ª DP (Honório Gurgel).

AMIGOS LAMENTAM

Nas redes sociais, uma moradora diz que Jean morreu durante cirurgia e que ele estava com o padrasto no momento do tiroteio. Amigos publicaram mensagens em homenagem a ele.

O Centro Integrado de Educação Pública 339 Mário Tamborindeguy, onde Jean estudava, compartilhou uma mensagem no Facebook. "Com muito pesar, comunicamos o falecimento de nosso querido aluno Jean Jerry, se solidarizando com todos amigos e a família e nossa querida Professora Jaqueline, que é irmã do Jean, nesse momento tão triste e trágico. Que Jean encontre seu caminho de luz e que Deus conforte toda família nesse momento", diz a mensagem.

O Nova Era Vôlei, onde Jean Jerry era atleta, também se solidarizou com a família. O clube fez uma homenagem a Jean.

"Com profundo pesar, nosso, sempre será nosso, atleta Jean Jerry veio a óbito na noite deste sábado dia 18/03. O NOVA ERA VÔLEI se solidariza com toda família e amigos nesse trágico e triste momento. Que nosso querido Jean siga um caminho de luz!!!! E que todos possam buscar conforto em suas crenças", declarou o time. Em janeiro deste ano, Jean Jerry foi convocado pela Federação de Voleibol do Estado do Rio de Janeiro. Ele treinava no Nova Era Vôlei há pelo menos três anos.

Nota

CALOR E CHUVAS ACIMA DA MÉDIA MARCAM VERÃO NO RJ

O verão deste ano será lembrado pelos cariocas pela sensação térmica acima de 50ºC e temperaturas máximas próximas de 42ºC, marcas registradas em fevereiro. Nas primeiras semanas da estação, iniciada em 21 de dezembro, a temperatura máxima ficou em apenas 22,5°C, muito aquém do que as médias para o período. Estação mais apreciada pelos cariocas e por turistas que visitam a cidade, o verão carioca deste ano apresentou seu comportamento típico um pouco mais tarde, passando de 40°C apenas em 15 de janeiro, quando foram registrados 40,3°C em Irajá. Segundo o Alerta Rio, sistema de monitoramento e alerta de chuvas e deslizamentos da prefeitura, neste verão, houve registro de chuva em 37 dias nas estações pluviométricas, entre os dias 21 de dezembro e 19 de março. Só no mês passado, choveu em 22 dos 28 dias do mês, fazendo deste o quarto fevereiro mais chuvoso de toda a série histórica. No acumulado do mês, foram 222,4 milímetros (mm) de chuva no município, o que correspondeu a um excesso de 85% de chuva em relação à média histórica para fevereiro, que é de 120,4 mm.

ONU

Finlândia é hexa como país mais feliz do mundo

Figurando pelo sexto ano consecutivo como campeã do ranking de felicidade World Happiness Report, cuja edição 2023 foi divulgada ontem pela ONU, a Finlândia está lançando um curso para ensinar os estrangeiros a serem felizes como são seus cidadãos.

O "Masterclass of Happiness" vai acontecer em um resort no país em junho de 2023 e oferece gratuitamente passagem, hospedagem e quatro dias de aulas a dez escolhidos pela Business Finland, agência do governo que cuida também do turismo no país.

"A experiência reunirá os sortudos participantes e treinadores especializados que os guiarão em direção a um estilo de vida equilibrado que o ajudará a ser feliz do jeito finlandês. O treinamento abrange quatro temas principais: natureza e estilo de vida, saúde e equilíbrio, design e cotidiano e alimentação e bem-estar", diz um comunicado no site que está recebendo as inscrições --elas podem ser feitas até 2 de abril.

Após o cadastro, o participante é convidado a gravar um vídeo que postará em sua própria conta no Instagram ou no TikTok, usando as hashtags #FindYourInnerFinn e #Visitfinland.

Em entrevista à reportagem, a diretora de marketing da Business Finland, Heli Jimenez, disse que o fato de seu país estar em primeiro lugar no ranking há tanto tempo não é coincidência, mas sim consequência de um trabalho específico. "A felicidade deve ser um objetivo político. A Finlândia acredita que alegria, contentamento e satisfação não acontecem simplesmente. Construir a cultura e as instituições sociais necessárias oferece às pessoas uma estrutura sobre a qual construir sua felicidade", afirmou.

"Altos níveis de confiança e liberdade ajudam a explicar a felicidade finlandesa", continua Jimenez. "Finlandeses tendem a confiar em vizinhos, funcionários públicos e no governo. Tanto os indivíduos quanto as instituições têm altos níveis de liberdade. A Finlândia é altamente ranqueada em liberdades política, civil e de imprensa."

Questionada se o frio glacial da Finlândia --assim como o de seus vizinhos Dinamarca (2º lugar no ranking), Islândia (3º), Suécia (6º) e Noruega (7º)-- poderia ajudar a explicar tamanha felicidade, ela discorda.

"Eu diria que a correlação das condições climáticas com o nível de felicidade é uma coincidência. Os finlandeses são uma nação calorosa, e não consideramos o tempo frio um desafio, mas sim uma questão de usar roupas apropriadas. Dito isso, o hábito finlandês de mergulhar em buracos no gelo no inverno provou ter benefícios para a saúde, o que, naturalmente, aumenta o nível de felicidade."

RELATÓRIO

Seca causou ao menos 43 mil mortes na Somália em um ano

A seca que atinge a Somália, país do Chifre da África, na última década, levou à morte de cerca de 43 mil pessoas em 2022, mostra um relatório apoiado pela ONU e divulgado ontem. Destas, metade -21.800- seriam crianças menores de 5 anos de idade.

Há anos organizações humanitárias alertam para o agravamento da crise climática e social no pequeno país de 17 milhões de habitantes -população similar à do estado do Rio de Janeiro.

O relatório afirma que a situação, somada à instabilidade política, a tensões étnicas e à insegurança, tem escalado a má nutrição na região.

A projeção para os próximos meses segue igualmente preocupante. O relatório estima que, de janeiro até junho, 135 pessoas podem morrer por dia na Somália como consequência da seca, levando ao número acumulado de mais de 34 mil mortes em apenas um semestre.

Para chegar às cifras, o estudo analisou a taxa de mortalidade na Somália de janeiro a dezembro de 2022 --algo em torno de 0,33 por 10 mil pessoas a cada dia. O índice, então, foi comparado ao de anos anteriores, quando a crise do clima ainda não estava neste estágio, e observou-se que há um excesso de mortalidade, associado à seca.

O estudo foi liderado pela Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres sob encomenda da OMS, a Organização Mundial da Saúde, e do Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

O material afirma ainda que metade da população local necessita de assistência humanitária, algo que apenas piorou após os impactos da pandemia de coronavírus e a alta no preço dos alimentos a nível global, uma consequência, entre outras coisas, da Guerra da Ucrânia.

E o impacto da seca não está igualmente distribuído pelo território banhado pelo oceano Índico. As maiores taxas de mortalidade estão nas partes centrais e a sul do país, como as regiões de Bakool, Bay e Banadir.

As consequências da emergência climática foram agravadas após cinco temporadas de chuva terem volume de água muito inferior ao esperado, o que devastou terras agrícolas e levou à fome generalizada.

A expectativa da ONU é que, com a divulgação do estudo, um dos primeiros a calcular o impacto direto da seca no número de mortes, mais ajuda humanitária seja enviada pela comunidade internacional.

"A OMS vem afirmando de maneira clara que a seca é uma crise de saúde tanto quanto uma crise alimentar ou climática", disse o representante da organização na Somália, Mamunur Rahman Malik. "Estamos correndo contra o tempo para impedir mortes evitáveis."

Em outro comunicado, o ministro da Saúde somaliano, Ali Haji Adam Abubakar, disse que seu país precisa de mais financiamento para alimentos, água potável e serviços médicos. "Do contrário, os vulneráveis e marginalizados vão pagar o preço com suas vidas."

Enquanto isso, o governo central, liderado pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud, eleito em 2022 com promessas de estabilidade no país, luta contra os efeitos da crise do clima e da violência.

Com a ajuda de tropas enviadas pela União Africana e nações como os EUA, Mogadício tem colocado de pé uma ofensiva contra o terrorista Al Shaabab, grupo ligado à Al Qaeda. O avanço das forças do governo, que conseguiram recuperar territórios ocupados, levou o grupo a ampliar ataques em áreas civis nos últimos meses.

VISITA

Xi desafia EUA, reafirma aliança com a Rússia e discute Ucrânia com Putin

O líder da China, Xi Jinping, chegou ontem a Moscou para reafirmar sua aliança com a Rússia de Vladimir Putin, o presidente que foi indiciado por crime de guerra na Ucrânia pelo TPI (Tribunal Penal Internacional) há três dias.

O russo o recebeu no Kremlin para um jantar informal, e no início do encontro, televisionado, voltou a dizer que está "aberto para discutir a proposta" de paz feita por Pequim para solucionar a guerra que começou há mais de um ano. Ambos se trataram como "queridos amigos".

O chinês, por sua vez, afirmou que há "lógica histórica" na aliança com Moscou. "China e Rússia são bons vizinhos e parceiros confiáveis", havia dito antes à agência russa Tass. A visita, disse, permitirá "um novo ímpeto ao desenvolvimento" da aliança entre os países.

É sua primeira visita à Rússia, aliada de Pequim na Guerra Fria 2.0 contra os EUA e seus parceiros ocidentais, em quatro anos. Em 2022, eles se reuniram presencialmente duas vezes.

Na primeira, 20 dias antes da invasão da Ucrânia, em fevereiro do ano passado, selaram um acordo de "amizade sem limites" que se expandiu ao longo do ano na forma de um aumento de 48% das importações chinesas de produtos russos ante 2021, a maior parte em petróleo e gás, ajudando a manter a economia do aliado viva sob as sanções ocidentais devido à guerra.

Depois, em setembro do ano passado, eles se encontraram em uma cúpula de países centro-asiáticos. Ali, os relatos iniciais eram de que Xi não estava satisfeito com a continuidade da guerra na Ucrânia, mas na prática o que se viu foi o anúncio de um incremento ainda maior na cooperação militar entre os países, que fazem regularmente patrulhas conjuntas no Pacífico.

O fato é que a China está dobrando sua aposta com Putin, com Xi até fazendo referência às eleições presidenciais russas de 2024 no trecho aberto de seu encontro desta segunda. Por meio de intérprete, disse estar certo de que o russo "tem grande apoio" popular para a disputa — o presidente promoveu mudança constitucional em 2020 que lhe permitirá tentar ficar no Kremlin até 2036, quando terá 83 anos.

Xi será o primeiro líder mundial a estar com Putin desde o indiciamento, ocorrido pela acusação de sequestro de crianças ucranianas. É ato largamente simbólico: nem Rússia, nem China, nem Ucrânia ou mesmo os EUA aceitam a jurisdição da corte.

Japan EAS Investimentos e Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 17.165.052/0001-10 – NIRE 33.209.523.350
Instrumento Particular de Distrato

Pelo presente instrumento: **IHI Corporation**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Japão, representada por Sra. **Luciana Eiko Tsuchiya Makiyama**, RG nº 29.842.475-7, SSP/SP, CPF/MF nº 314.785.108-70, única sócia da **Japan EAS Investimentos e Participações Ltda.**, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, bloco I, sala 101, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ ("Sociedade"), resolve extinguir a referida Sociedade, mediante as seguintes cláusulas: **I.** Tendo em vista que não mais convém à sócia única a continuação da Sociedade, fica, neste ato, dissolvida e extinta a **Japan EAS Investimentos e Participações Ltda.**, com base no Balanço Patrimonial levantado em 17/02/2023, no qual fica demonstrado que a Sociedade não possui passivo a pagar e possui ativo disponível, no montante de **R$ 201.530,92**, essa quantia será, após deduzidos os tributos e encargos incidentes, integralmente remetida à sócia. **II.** O Sr. Katsusuke Sako é destituído do cargo de liquidante da Sociedade, sendo nomeada como única liquidante a **Sra. Luciana Eiko Tsuchiya Makiyama**, acima qualificada. A **Sra. Luciana Eiko Tsuchiya Makiyama** declara que não está impedida de praticar os atos de liquidante da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **III.** Declara-se extinto o processo de liquidação extrajudicial da Sociedade, nos termos do artigo 1.109 do Código Civil e nos termos do Contrato Social da Sociedade. **IV.** Os livros e demais documentos serão conservados, pelo prazo legal, no arquivo localizado à Avenida Paulista, nº 726, conjuntos 901 e 910, Bela Vista, São Paulo-SP, sob a responsabilidade da Sra. **Luciana Eiko Tsuchiya Makiyama**. **V.** A sócia única obriga-se a satisfazer integralmente todas as despesas e débitos, ficando responsável por receber quaisquer ativos e quitar passivos supervenientes que, porventura, vierem a ser atribuídos ou exigidos da Sociedade que ora se dissolve. **VI.** A sócia única dá à Sociedade plena e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, com fundamento no contrato social e suas alterações. **VII.** Considerando que, nesta data, a Sociedade tem direito a determinados créditos tributários, o sócio indica a liquidante para requerer tais créditos perante as autoridades fiscais brasileiras, bem como, receber os créditos mencionados em conta corrente de sua titularidade, conforme relacionados abaixo: **Informação:** Tipo de Documento; **Pedido #1:** Original; **Pedido #1:** Original. **Informação:** Data de Transmissão; **Pedido #1:** 22/01/2021; **Pedido #1:** 22/01/2021. **Informação:** Número de Controle; **Pedido #1:** 04.23.29.11.66; **Pedido #1:** 23.28.57.10.02. **Informação:** Número do Documento; **Pedido #1:** 08314.90261.220121.1.2.02-5044; **Pedido #1:** 42390.22932.220121.1.2.02-2003. **Informação:** Valor do pedido (R$); **Pedido #1:** 193.278,07; **Pedido #1:** 9.256,69. **VIII.** A Sra. **Luciana Eiko Tsuchiya Makiyama** assina este instrumento manifestando concordância com o deliberado. Rio de Janeiro, 27/02/2023. **IHI Corporation,** p.p. Luciana Eiko Tsuchiya Makiyama. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 17/03/2023 sob o nº 00005375965 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 00-2023/170952-8 de 28/02/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.

PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.524/0001-42

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo para o ciclo 2022-2023 de R$ 17.741 mil (R$ 15.878 mil para o ciclo 2021-2022). Um aumento de aproximadamente 11,73% referente ao IPCA. **(b) Disponibilidade da linha de transmissão -** As disponibilidades da linha de transmissão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de 100%. **(c) Pagamento de dividendos -** Em 27 de maio de 2022 a Companhia pagou o montante de R$ 4.591 mil de dividendos para a sua acionista Celeo. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, com poderes de representação em geral de forma a gerir os negócios sociais, para representar a Companhia, judicial e extrajudicialmente, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.994	4.392
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	11.143	13.588
Concessionárias e permissionárias	10	1.697	1.512
Ativo de contrato	11	14.808	14.177
Impostos e contribuições a recuperar		1.024	962
Outros ativos		1.187	1.459
Total do ativo circulante		**36.853**	**36.090**
Depósitos judiciais		476	476
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	540	489
Ativo de contrato	11	131.047	129.860
Total do realizável a longo prazo		**132.063**	**130.825**
Imobilizado e Intangível		243	241
Total do imobilizado + intangível		**243**	**241**
Total do ativo não circulante		**132.306**	**131.066**
Total do ativo		**169.159**	**167.156**
Fornecedores		120	370
Financiamento	12	5.658	7.859
Salários e encargos a pagar		73	86
Impostos e contribuições a recolher		1.100	540
Pis e Cofins diferidos	13	1.290	1.235
Dividendos a pagar		5.182	4.591
Encargos setoriais		598	496
Outros passivos		945	1.026
Total do passivo circulante		**14.966**	**16.203**
Financiamento	12	1.299	6.406
Pis e Cofins diferidos	13	11.762	11.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	18.221	15.669
Total do passivo não circulante		**31.282**	**33.769**
Total dos passivos		**46.248**	**40.649**
Capital social	16 (a)	111.732	111.732
Reserva de lucros	16 (b)	11.179	5.452
Total do patrimônio líquido		**122.911**	**117.184**
Total do passivo e patrimônio líquido		**169.159**	**167.156**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	**18.222**	**17.330**
Pessoal		(231)	(181)
Material		(73)	(289)
Serviços de terceiros	18 (a)	(782)	(586)
Outros	19	(318)	(291)
Custos operacionais		**(1.404)**	**(1.347)**
Lucro bruto		**16.818**	**15.983**
Pessoal		(103)	(113)
Serviços de terceiros	18 (b)	(389)	(347)
Outros		(96)	(22)
Despesas operacionais		**(588)**	**(482)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**16.230**	**15.501**
Receitas financeiras		1.939	659
Despesas financeiras		(1.759)	(1.541)
Resultado financeiro	20	**180**	**(882)**
Resultado antes dos impostos		**16.410**	**14.619**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.948)	(2.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.553)	(2.757)
Imposto de renda e contribuição social	21	**(5.501)**	**(4.954)**
Lucro líquido do exercício		**10.909**	**9.665**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.909	9.665
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**10.909**	**9.665**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.909	9.665
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.553	2.757
- Pis e Cofins diferidos		148	186
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	1.456	1.446
- Ativo de contrato - remuneração	11	(15.961)	(15.775)
		(895)	**(1.721)**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		2.445	(1.074)
- Concessionárias e permissionárias		(185)	(63)
- Ativo de contrato	11	14.143	13.563
- Impostos e contribuições a recuperar		(61)	(537)
- Depósitos Judiciais		-	(128)
- Outros ativos		272	122
- Fornecedores		(249)	161
- Salários a pagar		(12)	(14)
- Impostos e contribuições a recolher		2.833	2.901
- Encargos setoriais		102	30
- Outros passivos		(110)	203
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**18.283**	**13.443**
Financiamento - pagamento de juros	12	(794)	(1.675)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.273)	(3.087)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**15.216**	**8.681**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(51)	432
Imobilizado e intangível		(2)	2
Caixa utilizado nas atividades de investimento		**(53)**	**434**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	22 (b)	(4.591)	(343)
Financiamento - pagamento de principal	12	(7.970)	(6.880)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		**(12.561)**	**(7.223)**
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**2.602**	**1.892**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.392	2.500
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**6.994**	**4.392**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**111.732**	**35**	**343**	**-**	**112.110**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.665	9.665
Reserva legal	16 (b)	-	483	-	(483)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	(4.591)	(4.591)
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	4.591	(4.591)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**111.732**	**518**	**4.934**	**-**	**117.184**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.909	10.909
Reserva legal	16 (b)	-	545	-	(545)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	(5.182)	(5.182)
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	5.182	(5.182)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**111.732**	**1.063**	**10.116**	**-**	**122.911**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo"). **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 17/2008 ("Contrato") tem como objetivo: a implementação de dois trechos de linha de transmissão 345 kV em circuitos simples, entre os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV – Macaé C1 e SE Venda das Pedras com extensão aproximada de 23,5 km cada trecho de linha, as entradas de linha correspondentes na SE Venda das Pedras e a aquisição dos equipamentos necessários para a modificação nas entradas de linha das subestações Adrianópolis e Macaé. O Contrato foi assinado no dia 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em maio de 2038. A Companhia entrou em operação comercial em 05 de dezembro de 2010. **1.2 Reforço -** No dia 30 de agosto de 2016 a ANEEL autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforços nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação no mês de julho de 2018 e a RAP estabelecida na resolução autorizativa foi de R$ 4.593 e é reajustada em cada ciclo pelo IPCA. **1.3 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo para o ciclo 2022-203 de R$ 17.741 mil (R$ 15.878 mil para o ciclo 2021-2022). Um aumento de aproximadamente de 11,73% referente ao IPCA. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 14 de março de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar na adoção do ativo de contrato. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos -** A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janei-

Continua

Continuação...

PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 10.242.524/0001-42

ro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa		2022	2021
Caixa e bancos		65	74
Operações compromissadas	(a)	-	4.318
CDB	(b)	6.928	-
		6.994	**4.392**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atreladas ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,82% do DI com vencimento em março 2022. Em 31 de maio de 2022 a Companhia resgatou as compromissadas para cumprir com suas obrigações de curto prazo. (b) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,5% do DI com vencimento entre janeiro e março de 2023. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,57% do DI com vencimento em dezembro 2023. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos está aplicada em CDB. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (5% no exercício findo em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias	2022	2021
A vencer	1.655	1.446
Até 3 meses	1	-
De 3 a 12 meses	33	3
Acima de 12 meses	8	63
	1.697	**1.512**

11 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**144.037**	**141.825**
Remuneração do ativo de contrato	16.004	15.775
Recebimentos	(14.186)	(13.563)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**145.855**	**144.037**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	14.808	14.177
Não circulante	131.047	129.860
	145.855	**144.037**

12 Financiamento		
Saldo incial	**14.265**	**21.373**
Juros e correção monetária	1.456	1.447
Amortização de principal	(7.970)	(6.880)
Amortização de juros	(794)	(1.675)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**6.957**	**14.265**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	5.658	7.859
Não circulante	1.299	6.406
	6.957	**14.265**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	1.299
	1.299

A Companhia possui dois contratos de dívida cujos recursos captados ocorreram através de empréstimos bancários com o BNDES. (a) A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2009 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O valor total do financiamento foi de R$ 27.006 divididos em 2 (dois) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R$ 20.074 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,21% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de outubro de 2024. ii. Subcrédito B no valor de R$ 6.931 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que precisa ser no mínimo 1,3 e o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) superior a 0,3. Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2022
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	**3,64**
(A) Geração de caixa da atividade	31.937
(B) Serviço da dívida	8.764
(A) Geração de caixa da atividade	**31.937**
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	17.980
(+) EBITDA	16.230
(-) Pagamento de imposto de renda	(1.449)
(-) Pagamento de contribuição social	(824)
(B) Serviço da dívida	**8.764**
(+) Amortização de principal	7.970
(+) Pagamento de juros	794
EBITDA	**16.230**
(+) Lucro líquido do exercício	10.909
(+) Despesa (receita) financeira líquida	(180)
(+) Provisão para imposto de renda e contribuições sociais	5.501
(b) Índice de capital próprio (ICP)	
(A) Índice de capital proprio (B) / (C)	**0,7**
(B) Patrimonio líquido	122.911
(C) Total do ativo	169.159

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento. (b) Em julho de 2018 a Companhia captou com o BNDES capital de giro para finalização do reforço o montante de R$ 16.000. Sobre o saldo principal incidem juros de 4,78% ao ano, com a primeira parcela de encargos em 15 de outubro de 2018, primeira parcela de amortização em 15 de agosto de 2020 e última parcela e vencimento final da captação em 15 de julho de 2023.

13 PIS e COFINS diferidos	2022	2021
PIS	2.328	2.306
COFINS	10.724	10.623
	13.052	**12.929**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	1.290	1.235
Não circulante	11.762	11.694
	13.052	**12.929**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2022	2021
Imposto de renda	13.433	11.556
Contribuição social	4.789	4.113
	18.221	**15.669**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47		
- Receita de Contrato com Cliente	18.221	15.669
	18.221	**15.669**

15 Provisão e passivo contingente: (a) Desconto da parcela variável - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação antes do julgamento do processo administrativo. O processo administrativo foi julgado e o desconto aplicado, o que acarretou na perda de objeto da ação judicial, seguida por sentença desfavorável à Companhia, condenando a mesma em honorários de sucumbência. A ANEEL entrou com recurso solicitando a majoração dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de respectivamente R$27 e R$ 3 e foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 111.732 dividido em 111.732.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 545 e R$ 483, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 5.182 e R$ 4.591, respectivamente. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 5.182 e R$ 4.591, respectivamente.

17 Receita operacional líquida	2022	2021
Remuneração do ativo	18.084	17.230
Receita de operação e manuntenção	2.528	2.421
Compartilhamento de infraestrutura	222	201
Receita bruta	**20.834**	**19.852**
Pis e Cofins correntes	(1.742)	(1.659)
Pis e Cofins diferidos	(148)	(186)
Encargos setoriais	(722)	(676)
Deduções da receita	**(2.612)**	**(2.521)**
	18.222	**17.330**

18 Serviços de terceiros			
(a) Custos operacionais		2022	2021
Serviço de operação e manuntenção	(i)	(161)	(161)
Consultorias		(14)	-
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(132)	(131)
Vigilância e segurança		(371)	(288)
Diversos		(104)	(6)
		(782)	**(586)**

i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. ii. Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais		2022	2021
Prestação de serviços administrativos	(i)	(165)	(165)
Consultorias		(159)	(94)
Diversos		(65)	(88)
		(389)	**(347)**

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

19 Outros custos	2022	2021
Seguros	(173)	(152)
Viagem e hospedagem	(107)	(22)
Diversos	(38)	(116)
	(318)	**(291)**

20 Resultado financeiro	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	1.939	659
Receitas financeiras	**1.939**	**659**
Juros - financiamento	(1.456)	(1.447)
Outras despesas	(303)	(94)
Despesas financeiras	**(1.759)**	**(1.541)**
	180	**(882)**

21 Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Resultado antes dos impostos	**16.410**	**14.619**
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(5.579)	(4.970)
Exclusões (adições)	78	17
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	**(5.501)**	**(4.954)**
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2022	2021	2022	2021
Celeo Redes	(i)	49	35	(326)	(326)
		49	**35**	**(326)**	**(326)**

i. Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 02 de janeiro de 2014 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R$ 100 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 30 de julho de 2014 e possui vigência de 4 (quatro) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 100, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. **(b) Dividendos -** Em 2022 foram pagos R$ 4.591 mil de dividendos para a Celeo Redes do Brasil, constituídos em períodos anteriores. Abaixo está demonstrada a movimentação dos dividendos.

	2022	2021
Saldo inicial	**4.591**	**343**
Pagamento de dividendos	(4.591)	(343)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	5.182	4.591
	5.182	**4.591**

(c) Remuneração da administração - Em 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(1.431)	(1.073)	(716)
Financiamento BNDES	Aumento da TJLP	497	373	249

* fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **24 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 80.509 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício Scovino de Souza
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Pedras Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Pedras Transmissora de Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pedras Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

EMISSÃO S/A

CNPJ/ME nº 39.110.879/0001-60 - NIRE nº 3330030994-2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Emissão S/A** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 27 de março de 2023, às 10:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e (ii) aceitar a renúncia dos conselheiros atuais e aprovar novos membros para o conselho de administração da companhia. Informações gerais: Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhado do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail cesar@mplegal.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE (isto é, até às 10:00 horas do dia 26/3/2023). Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores Acionistas, que manifestarem seu interesse em participar da AGE por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGE, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo Acionista. Rio de Janeiro, 18 de março de 2023. Presidente do Conselho de Administração.

CONCESSÃO DE LICENÇA

A Casa de Saúde Laranjeiras Ltda., CNPJ nº 33.419.482/0002-59 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.755/2015, a Licença Ambiental Municipal de Operação, EIS-LMO-2023/00043 com validade de 120 meses, para atividade hospitalar, situada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 201 – Jacarepaguá/RJ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos estatutários convocamos os senhores membros, colaboradores e voluntários da **BARRALERTA ASSOCIAÇÃO CIVIL COMUNITÁRIA** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 22 de março de 2023, em primeira convocação às 09:30 horas e em segunda e última às 10:00 horas, com qualquer número, para exame da seguinte ordem do dia: 1. Eleição da Diretoria para o período 2023 a 2027; 2. Convite à Diretoria da Companhia Brasileira de Offshore - CBO, para participar de nossa OSCIP; 3. Assuntos gerais. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no auditório do Edifício Heloísa Valeriano na Rua Conde D'Eu, 100 - Barra da Tijuca - RJ. Rio de Janeiro, 13 de março de 2023. Mauro Guimarães Carvalho Leme - Presidente.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Instituto Moreira Salles - CNPJ: 58.397.563/0001-45, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/12811.02 a Licença Municipal Prévia - LMP nº 2023/00005, com validade de 24/02/2027 para Desenvolvimento de Projeto para Construção de Edifício de uso exclusivo destinado a Museu, na Rua Marquês de São Vicente nº 508, Gávea/RJ.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br